

## ESCRITOS SOBRE HIGIENE: OS MANUAIS MÉDICO-PEDAGÓGICOS EM CIRCULAÇÃO NA PARAÍBA

WRITINGS ON HYGIENE:  
MEDICAL TEACHING MANUALS IN CIRCULATION IN PARAÍBA

Azemar dos Santos Soares Júnior<sup>1</sup>  
Universidade Federal da Paraíba

### RESUMO

Este artigo tem o objetivo de analisar os escritos médico-pedagógicos em circulação no começo do Século XX no manual de educação paraibano intitulado *Revista do Ensino* (1932-1942). Tal periódico apresentou discursos próprios do cidadão a que se aspirava durante a *Era Vargas*: saudável, forte para o trabalho e apaixonado por sua pátria. Circulou como disseminador de saberes próprios destinados aos professores, portanto, tinha o objetivo de implementar uma formação considerada contínua. Em suas páginas, foi possível encontrar um considerável número de artigos sobre higiene e educação física, seus encontros de professores, debates sobre a legislação vigente e os trabalhos realizados pelas escolas da Paraíba. Dentre tantas possibilidades, selecionei para este texto os discursos que discorrem sobre a higiene do corpo e da boca, defensores de um sorriso branco, hígido e que fez com que os médicos visitassem as escolas públicas com mais frequência e construíssem gabinetes odontológicos capazes de declarar guerra à cárie através da educação. Consolidado nos domínios da História Cultural, analisei corpos e sorrisos timbrados por médicos e professores que produziram discursos que podem contribuir com os estudos na História da Educação.

**Palavras-chave:** Revista do Ensino. Sorrido. Corpo.

### 1 INTRODUÇÃO

Chamavam-se Jeca e Tônico. O primeiro tinha doze anos, o segundo, dez. Moravam com os pais numa rua qualquer. Eram pobres, fato que, na época, representava ignorância. Eram desvalidos de quaisquer informações, bem como de boa conduta. Frequentavam a escola, mas nunca davam ouvidos à professora. As lições proclamadas na sala de aula entravam num ouvido e saíam noutro sem que houvesse interesse algum em refletir. Eram desobedientes. Se autogovernavam. Os pais? Também não davam ouvidos! A mãe muito atarefada em tomar conta da casa e da vida alheia, esquecia de dar a devida importância aos filhos. O pai trabalhava. Era um simples operário, mas ganhava o bastante para se vestirem e se alimentarem. Dessa forma, os meninos ficavam a esmo, livres para toda sorte de travessuras, algumas consideradas reprováveis. (KEHL, 1925, p. 23)

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, onde desenvolveu a pesquisa intitulada “Physicalmente vigorosos: medicalização escolar e modelação de corpos na Paraíba (1913-1942)”. Mestre em História (PPGH/UFPB). E-mail: azemarssoares@hotmail.com

A história dos irmãos Jeca e Tonico é mais uma entre tantas outras contadas pelo livro didático *A fada Higia*. O livro foi escrito pelo médico sanitarista Renato Kehl e adotado na Paraíba pelo currículo escolar como livro didático do Ensino Primário das escolas públicas. Foi fortemente defendido pelos médicos sanitaristas locais como o melhor livro de higiene do país. Assim, *A fada Higia* ganhou espaço na cultura escolar, na legislação estadual e na *Revista do Ensino*. A personagem Higia mais parecia a metáfora de uma professora que, com poderes mágicos, disciplinava seus alunos. Em sua varinha de condão, ou melhor, na ponta do giz, escrevia no quadro negro os apontamentos necessários para uma boa educação da saúde. Nesse sentido, busquei entender como a imprensa dita educativa defendeu a disciplina Higiene como formadora de uma educação sanitária. Para isso, me debrucei sobre a *Revista do Ensino*, um periódico vinculado ao *Departamento de Educação* do Estado da Paraíba, que circulou durante as décadas de 1930 e 1940.

Embora a primeira edição só ganhasse corpo no ano de 1932, a reivindicação de publicação de uma revista “[...] por meio da qual pudessem os nossos professores acompanhar a marcha evolutiva do ensino pela divulgação dos trabalhos sobre os novos métodos e processos pedagógicos [...]” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 03) estava estampada no *Regulamento da Instrução Primária* homologado no governo Camilo de Holanda em 1917. Enquanto as revistas não se tornavam uma realidade, as informações pedagógicas e os decretos instituídos sobre a educação paraibana eram quase todos publicados na *A União*. A educação paraibana, conforme defendeu José Baptista de Melo (1996), carecia de um periódico que fosse todo seu.

Apesar de a legislação já falar da necessidade de uma revista voltada para a educação, feita por professores e para professores, só foi possível concretizar a ideia depois que foi realizado concurso público para o cargo de docente do ensino primário, durante o governo João Pessoa, que visou “[...] eliminar o teorismo oficial inadaptable e improdutivo, desejando imprimir ao ensino popular uma feição prática e utilitária, despertando o interesse na grande obra empreendida [...]” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 4). Apesar do esforço, foi na interventoria de Antenor Navarro que a *Revista do Ensino* tornou-se uma realidade. Em chamada para o primeiro número, publicou-se:

**[...] Venham, pois, os professores de ofício e os que se consagram as pesquisas e estudos dos vários problemas educativos secundar os propósitos constructivos do poder público, e tragam para as**

**páginas dessa Revista as suas sugestões, doutrinas e experiências** e, assim, num esforço conjuncto teremos em breve conquistado para nossa pequenina Parahyba um grau de cultura compatível a sua tradição de heroísmo e de bravura cívica, e honrado o nome de João Pessoa cuja memória é o seu maior orgulho. Como orgam da Directoria do Ensino, a **Revista publicará todos os actos administrativos e orientação seguinda nesse departamento, para conhecimento dos interessados, e para que sofram a crítica desapassionada dos que, verdadeiramente, se interessarem pelo problema da educação [...].** (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 4, grifo nosso)

Tomado pelo discurso de uma escola reformada, o periódico tinha o objetivo de tornar públicos os resultados de pesquisas no campo da Educação, as diversas experiências positivas vivenciadas nas escolas públicas e os novos saberes educativos, disciplinares, médico-pedagógicos, cívicos, dentre outros, além das diversas leis e decretos promulgados pelo Estado no campo da educação. É fato que a *Revista do Ensino* ganhou fôlego na Paraíba no momento em que ainda era muito forte o sentimento de heroísmo atribuído ao ex-presidente do Estado, o Sr. João Pessoa. Como foi heroificado, criou-se toda uma mitologia acerca de sua morte que, equivocadamente, foi divulgada em defesa do povo. Vivia-se um período de construção de mitos. Homens que haviam lutado em defesa da Paraíba eram exaltados. Portanto, os periódicos, os discursos, os exercícios e as aulas ganharam um tom de civismo ao adotar o modelo considerado digno, à altura do Estado, capaz de despertar sentimentos como bravura, honra, tradição e heroísmo. Revestida do discurso de exaltação da pátria e ligada ao que havia de mais moderno na educação, nascia a *Revista do Ensino* na Paraíba.

Ressalto que esse periódico não era uma realidade só na Paraíba. O periódico ganhou diferentes texturas nos estados brasileiros. Como explicaram Bastos e Lemos (2007, p. 17), esse periódico tinha a finalidade de orientar os professores do ensino primário e divulgar diretrizes técnico-pedagógicas, material didático e legislação relativa ao ensino. Dentre seus objetivos, estavam os de “[...] servir à coletividade divulgando experiências e saber comum ao magistério [...]” (BASTOS, 1994) e sistematizar “[...] o ideal de servir efetivamente para a disseminação da cultura e do ensino em nosso estado [...]” (BASTOS; LEMOS, 2007, p. 17). Ou seja, as revistas ligadas

[...] aos professores podem ser entendidos como núcleo de informação, já que mostram maneira de produzir e difundir discursos [...] as notícias, os artigos dirigidos aos professores e as polêmicas subsequentes ajudam a configurar um painel mais vivo e revelador das

ações dos personagens diretamente envolvidos naquelas questões e das redes que lhes dão sustentação [...] (FERNANDES, 2008, p. 16).

Periódicos como a *Revista do Ensino*, embora estivessem em consonância com os discursos que orientavam a modernidade nos grandes centros urbanos do país, buscavam responder às necessidades do contexto histórico local, reivindicando para o interior do Estado uma educação considerada de boa qualidade nos moldes da proposta nacional. Tratava-se de lugares de produção e circulação de saberes - teorias, ideias, práticas, modelos, experiências, fórmulas, discursos – intrínsecos à educação. Assim, as *Revista do Ensino*, na mesma medida que publicava um discurso pedagógico, contribuíam, de forma categórica, para produzi-lo.

Já afirmei, acima, que essa revista nasceu com a finalidade de estampar em suas páginas discursos, legislações, currículos e relatos de experiência. A essa altura do texto, quero chamar a atenção para as temáticas mais presentes na *Revista do Ensino*. Ao passar os olhos sobre os sumários dos poucos números que circularam, deparei-me com temas como jardim de infância, ensino primário, bibliografia, caixa escolar, ensino moderno, aperfeiçoamento de professores, educação rural, currículo escolar, cinema educativo, lições, infância, instrução pública, educação sanitária, educação física e higiene. É sobre este último item - meu objeto de interesse - que levanto os seguintes questionamentos: Por que se tornou obrigatório, em todos os números da revista, o tema princípios sobre higiene? Quem eram as pessoas que escreviam sobre essas temáticas? Por que a educação sanitária ainda esteve ligada diretamente à profilaxia das doenças? Que modelo de corpo e/ou cidadão o discurso médico defendido pela revista queria formar? Entenda, caro leitor, que não almejo esgotar o tema a ponto de responder a essas inquietações. Proponho-me, aqui, a questionar os discursos publicados sobre a higiene na *Revista do Ensino*, com o intuito de entender o processo de medicalização da escola e a formação de uma cultura física.

Para apresentar a insistência do tema nesse periódico, apresento o quadro abaixo:

**Quadro I:** Artigos sobre Educação da Saúde publicados na Revista do Ensino

	Artigo	Autor	Núm.	Ano
01	Inspecção sanitária escolar	Dr. Severino Patrício	01	1932
02	Hygiene escolar	Prof. Joaquim Santiago	01	1932
03	Asseio – Profilaxia do sarampo	Profa. Beatriz Ribeiro	01	1932
04	Cultura estética	Mário Gomes	04 e 05	1933
06	Inspetoria sanitária escolar	Dr. Severino Patrício	04 e 05	1933
07	Uns testes de higiene e as lições	Sem autoria	06 e 07	1933

08	Tuberculose e sua profilaxia	Sílvia Pessoa	06 e 07	1933
09	Inspetoria sanitária escolar	Sem autoria	06 e 07	1933
10	Mendicância intelectual infantil	Mário Gomes Souza	08 e 09	1934
11	Educação sanitária - alimentação	Dr. M. Florentino	10	1934
12	Educação física	Aluísio Xavier	14	1936
13	Educação física e sanitária	Dr. Seixas Maia	18	1937
14	Higiene rural	S. Costa	16	1938
15	Educação da saúde (Orientação)	Sem autoria	17	1942
16	Higiene mental na escola	Sem autoria	17	1942
17	Educação física infantil	Aluísio Xavier	18	1942

**Fonte:** Revistas do Ensino (1932-1942)

Em todos os números da *Revista do Ensino*, é possível encontrar algum artigo que discute sobre um tema pertinente à medicalização escolar. É interessante perceber que o aparecimento de determinado tema acompanha o processo de construção da lei. Um exemplo disso são os artigos sobre a Educação Física, que só aparecem nas edições a partir de 1936, quando foi decretada a obrigatoriedade dessa disciplina no currículo escolar. Noutras palavras, a *Revista do Ensino* era mais um porta-voz do Estado paraibano. Mais um dispositivo midiático com a função de divulgar os benefícios promovidos pelo governo. Entendo a atuação dessa revista como forma de legitimar aquilo que a legislação decretava - um meio pelo qual circulavam os saberes médico-pedagógicos para os professores. Discursos que aspiravam uma efetivação, uma prática, uma cultura escolar.

Nesse sentido, repouse o olhar sobre os discursos que elegeram a higiene e sua filha diletta, a educação física, como formadoras do modelo de cidadão a que se aspirava: forte, saudável e belo. Discutirei, com mais clareza, sobre os artigos voltados para a higiene. Vamos aos casos, ou melhor, aos discursos!

## 2 POR UMA HIGIENE DO CORPO

A *Constituição do Estado da Paraíba*, publicada na *Revista do Ensino* de 1936, assegurou, em seu no Título VI, “[...] Da família, da educação e da cultura [...]” (REVISTA DO ENSINO, 1936, p. 132-133), o “[...] desenvolvimento da raça e base primária da educação, disciplina e harmonia social [...]”. Dentre os deveres do Estado, destacavam-se o “[...] estímulo à educação eugênica [...]”, a proteção “[...] a juventude contra o abandono físico, moral e intelectual [...]”, a adoção de medidas “[...] legislativas e administrativas, tendentes a restringir a mortalidade e a morbidade infantil [...]”, cuidar “[...] da higiene em geral, especialmente da mental, e guerrear contra os

venenos sociaes [...]”, o combate “[...] as grandes epidemias do Paiz [...]” e oferecer “[...] educação e instrução obrigatória nos estabelecimentos officiaes do Estado [...]”.

A *Constituição* estadual tratou de fundir a educação e a saúde como tarefa a ser realizada na escola. O documento que deveria reger a vida nos limites do estado da Paraíba deixava clara a intenção do governo: de educar através da saúde. A intenção? Construir uma sociedade forte, aproveitável para o trabalho, saudável e capaz de defender seu país. O melhoramento da raça - um discurso puramente eugênico - se configurou como modelo a ser seguido, e a educação deveria ser desenvolvida nos princípios da eugenia: educar, corrigir e disciplinar o corpo “physico, moral e intelectual”, ou seja, forte, ordeiro e perspicaz. No mesmo sentido, rumou o discurso higiênico: combater as epidemias, ensinar métodos de prevenção de doenças, reduzir a mortalidade, livrar as crianças da ignorância e combater os maus hábitos. Embora seja possível separar o que compete à eugenia do que a higiene reivindicou, é correto afirmar que a linha que os separa é bem tênue. Eugenia e higiene se confundem no Brasil. Foram antídotos nos momentos em que o Brasil se tornou um imenso hospital. Deram as mãos na hora de curar e combater a falta de educação.

Nos discursos publicados no periódico pedagógico, afirma-se uma educação mais voltada para a prevenção, ou seja, para assegurar a saúde por meio da educação. As prescrições orientavam as pessoas para que se fortalecessem e se libertassem das doenças cada vez mais próximas do modelo eugênico a que se aspirava. É sabido que existiram discursos sobre a profilaxia das doenças, mas os que clamavam por corpos sadios ensinados nas escolas ganharam numerosas páginas. A ideia sempre foi de “[...] formar uma raça forte, capaz e digna de nossa estremecida Pátria. Portanto, essa era a vontade daqueles que eram responsáveis pelos destinos da nacionalidade (SANTIAGO, 1932).

Em *Hygiene Escolar*, artigo publicado na edição de 1932, Joaquim Santiago defende a educação higiênica como um dos mais sérios problemas a ser enfrentado nas escolas. Para esse médico, não era possível vencer em um país de dimensões como o Brasil, com “homens decadentes e com grao de instrucção e educação e de educação do nosso povo”. O analfabetismo era considerado uma crassa, responsável por fazer adoecer a nação. Como seria possível inculcar os princípios da saúde numa população adoecida pela lepra do analfabetismo? Os modelos vigentes de juventude – doentes, viciados e cheios de mazelas morais – não podiam constituir a esperança de um povo limpo, civilizado. Alfabetizar foi colocado por Joaquim Santiago (1932, p. 39) no

## Dossiê: imprensa, história e educação

mesmo nível de importância que teria “[...] ministrar as noções de higiene aos meninos com o fim de vê-los sãos e cheios de um vigor sadio e minorar o sofrimento da nossa gente [...]”. Essa atitude representava, em suas palavras, o “[...] engrandecimento da nação [...]”, “[...] obra de patriotismo e amor ao próximo [...]”.

Para medir os níveis de aprendizagem e combater o analfabetismo, as professoras aplicavam testes. Para medir a saúde dos alunos, os médicos faziam visitas às escolas. Assim, atuava o inspetor médico-sanitário escolar. A criação do *Serviço Sanitário Escolar*, na interventoria de Antenor Navarro, vislumbrava acabar com o constrangimento de

[...] visitar as escolas públicas da Parahyba [...] alumnos cheios de feridas, anemiado e desnutrido pela falta da cota alimentar sufficiente para o seu desenvolvimento physico; cheios de verme a corroer seus intestinos sugando as diminutas energias precariamente accumuladas, outro com sarna, alphthamia, hypertrophia de amigdalas, ou vegetações adenoides, adormecido e indolente, indiferente a tudo, demonstrando atraso pedagógico, fadiga constante devido aos hóspedes impertinentes que a pouco e pouco iam acabando as miseráveis energias dos seus órgãos depauperados [...] (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 22).

A atuação inicial da Revista do Ensino era bastante incipiente. Ela fora inaugurada em 15 de setembro de 1931 e vinha “[...] funcionando normalmente desde aquela data, prestando todo o auxílio possível aos escolares desprezados pela fortuna [...]” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 21). O público-alvo parecia ser os alunos carentes, ou melhor, aqueles regularmente matriculados nas escolas públicas da Paraíba. No primeiro grupo de atendimento realizado pelo médico Severino Patrício, foram preenchidas duzentas e setenta e cinco fichas sanitárias - vinte e cinco, para professores, e duzentas e cinquenta, para alunos. No período que vai de 15 de setembro de 1931 a 18 de março de 1932, o médico chegou ao seguinte resultado:

**Quadro II:** Resultado da inspeção sanitária escolar entre 1931 e 1932

Sadios	52
<b>Nutrição:</b>	
Bôa	78
Regular	104
Má	15
Cárie dentária	171
Hypertrophia das amigdalas	151
Vegetações adenoides	3
Syphilis	7
Affecções dos olhos (trachoma)	3
Affecções do aparelho respiratório	10

Affecções do aparelho circulatório	3
Vacinações anti-variolicas	107

**Fonte:** Revista do Ensino, nº 1.

Apesar dos poucos alunos visitados pelo médico, a inspeção pode ser considerada uma conquista para a época. Pela primeira vez, contratou-se um profissional médico para atender exclusivamente nas escolas públicas da Paraíba. Por mais superficial que fosse a consulta médica, foi possível diagnosticar males à saúde que poderiam representar atraso na aprendizagem dos alunos. A medicalização da escola pública começava a ganhar forma. Apesar das limitações da nascente *Inspetoria Sanitária Escolar*, o primeiro período de atuação contou, ainda, com o serviço de laboratório e de farmácia. Exames foram realizados e medicamentos distribuídos, como mostra o quadro abaixo:

**Quadro III:** Resultado da inspeção sanitária escolar entre 1931 e 1932  
Laboratório e farmácia

Exames de fezes pedidos a Saúde Pública	33
Receitas aviadas na Saúde Pública	9
Receitas aviadas particularmente	10
Medicações contra verminose	10
Injecções feitas no serviço	44

**Fonte:** Revista do Ensino, nº 1.

Foi o primeiro e único ano de atuação da *Inspetoria Sanitária Escolar* que contou com a realização de exames de laboratório e a distribuição de medicamentos. Nos anos seguintes ou, ao menos, no recorte pesquisado pelo autor que lhes escreve, não foi encontrado referência alguma sobre a existência desse serviço para os alunos das escolas públicas. Conforme o médico responsável pelo trabalho de inspeção, a atuação desse serviço ficava limitado às liberações das repartições do Estado, portanto, ele demorava a ser atendido ou não era atendido. Os exames de laboratório, o preenchimento das fichas individuais, as receitas, a aplicação das vacinas e das injeções, a ausculta dos corpos das crianças, a solicitação às farmácias, os relatórios, o diálogo com os professores e as orientações para os alunos ficavam a cargo do médico e de sua enfermeira. Mesmo assim, esses funcionários se mantiveram à frente da atividade de inspeção.

O Dr. Severino Patrício, médico responsável por visitar as escolas da Paraíba e atender, individualmente, os alunos, considerou que a inspeção sanitária do ano de 1932



## Dossiê: imprensa, história e educação

fora deficiente. Um dos motivos alegados pelo esculápio foi o fato de “[...] possuir o Serviço para todos os encargos da Inspetoria um médico e uma enfermeira visitadora [...]” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 20), o que inviabilizava o atendimento a todas as escolas e alunos do Estado. A principal função dessa inspeção era de visitar as escolas públicas, consultar professores e alunos e anotar todas as informações biomédicas numa ficha sanitária. No ano de 1932, apenas vinte e cinco professores e quinhentos e quarenta e oito alunos foram atendidos. Apesar de o Dr. Severino Patrício achar ainda deficiente a atuação da inspeção, o número parecia animador, considerando-se o ano anterior, que só atendeu a duzentas e cinquenta alunos. Vamos aos resultados:

**Quadro IV:** Resultado da inspeção sanitária escolar em 1932

Sadios	237
Bôa	127
Nutrição regular	174
Má	10
Hypertrophia da amygdalas	65
Cárie dentária	252
Heredo-lues	30
Affecção dos olhos, trachoma, etc.	10
Affecção do aparelho circulatório	9
Affecção do aparelho respiratório	10
Affecção do aparelho audictivo	10
Amygaletomias	12
Fichas sanitárias completas	548

**Fonte:** Revista do Ensino, n<sup>o</sup>s 4 e 5

Mais da metade dos alunos que passaram pelo crivo médico tinha algum tipo de enfermidade. A cárie saiu da disputa vitoriosa e não ocupava apenas o governo dos dentes e do sorriso, mas também o maior número de alunos anotados na ficha sanitária. Outros dados apresentados pelo relatório da visita médica às escolas públicas de ensino primário revelam poucas informações sobre as fichas dos professores. A única informação relevante é que, das vinte e cinco professoras examinadas, duas foram afastadas: uma por estar “[...] atacada de moléstia infecto-contagiosa, e a outra, de moléstia chronica, cujos estados de saúde eram incompatíveis com o meio escolar [...]” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 51). O mesmo aconteceu com os alunos portadores de doenças do coração:

[...] foram igualmente affastados embora temporariamente cinco alumnos para tratamento de saúde e observação clínica: dos exercícios phisicos; afastamos todos os alumnos portadores de lesões cardíacas

orovasculares e limitado o tempo de exercícios para os enfraquecidos ou débeis [...]. (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 51)

Uma das normas médicas da inspeção era a de afastar do convívio escolar apenas os portadores de doença infectocontagiosa ou crônica. Em casos de fraqueza, o afastamento dos alunos era exclusivamente da ginástica. O número de enfraquecidos<sup>2</sup> era preocupante, pois sua soma avultava cento e oitenta e quatro casos. A alimentação parecia reivindicar, conforme a análise dos dados, a atenção dos médicos. Embora os portadores de alimentação regular e má entrassem na cota dos que precisavam de atenção especial, só foram afastados da educação física os sem condição alguma de realizar exercícios por causa de fraqueza ou de problemas do coração.

No ano seguinte, o médico inspetor, acompanhado de sua enfermeira, conseguiu atender a quinhentos e sessenta e sete alunos. Foram revisitadas duzentas e quarenta e uma fichas do ano anterior e feitas trezentas e vinte e seis novas consultas. O número de atendimentos quase não sofreu alteração. Façamos a leitura dos dados:

**Quadro V:** Resultado da inspeção sanitária escolar em 1933

Sadios	198
Bôa	151
Nutrição sofrível	157
Má	18
Cárie dentária	220
Hypertrophia da amygdalas	61
Heredo-sífilis	25
Oftalmia purulenta	2
Lesões oro-vasculares	4
Visitas escolares	25
Atestados de saúde	343
Vacinações contra varíola	299
Receitas	50

**Fonte:** Revista do Ensino, n<sup>o</sup>s 6 e 7

Os números negativos aumentaram consideravelmente. Dentre os males mencionados, a cárie dentária levou, novamente, o troféu de campeã. Os problemas nas amídalas aumentaram espantosamente. O mesmo ocorreu com a má nutrição. A novidade nas informações prestadas pelo médico inspetor, Dr. Severino Patrício, era o número de visitas aos estabelecimentos de ensino - vinte cinco - e os atestados de saúde, no reaparecimento das receitas medicamentosas e na aplicação de vacinas contra varíola dentro das escolas. Nada foi apresentado sobre a saúde dos docentes. Nenhum indício

<sup>2</sup> Considerava 'enfraquecidos' aqueles que estavam entre os grupos de nutrição regular e nutrição má.

de afastamento da escola, a não ser dos portadores de lesão orovascular das aulas de educação física. Houve um preocupante decréscimo do número de alunos sadios. Os acusados de culpa continuavam sendo os mesmos: a falta de médicos contratados pelo governo para fazer a inspeção escolar e a falta de formação dos professores na hora de tratar das questões de higiene e de educação física. A situação ficava mais crítica quando se falava em saúde bucal. A face exigia um sorriso saudável. Tal reivindicação era tão presente no discurso higienista e pedagógico que reservei não o sorriso, mas a análise dos discursos sobre os cuidados com a boca.

### **3 POR UM SORRISO COLGATE**

Se faltava médico, também faltava dentista para atender aos alunos. Os gabinetes dentários, tão reivindicados para as escolas da Paraíba durante a década de 1930, começavam a se tornar uma realidade. As vozes que clamavam por esse feito foram historicamente gritadas nas páginas do jornal *A União*. Em 15 de fevereiro de 1928, o cirurgião-dentista, Elvídio Ramalho, convidou a população para a reinauguração de seu gabinete dentário na Rua Duque de Caxias. Na ocasião, o dentista apresentou à sociedade os mais modernos instrumentos para tratamento bucal trazido dos Estados Unidos<sup>3</sup>. De acordo com Ramalho, ele atendia em algumas escolas da capital em períodos intermediários do dia.

Em 1923, já havia reivindicações para a assistência dentária nas escolas da Paraíba, especialmente para combater a tuberculose. Segundo Janson de Lima, em artigo publicado n'*A União*, “[...] não se precisa ser profissional para se conhecer os perigos e encomodos que se expõem creanças portadoras de dentes cariados e de bocas em más condições hygienicas [...]” (A UNIÃO, 08 dez. 1923, p. 6). Flávio Maroja referiu que “[...] dente limpo não cria cárie [...]”, e todos sabem “[...] que dente sujo, língua suja são indícios de uma perturbação geral do organismo, e quando o dente chega a cariar, é sinal de que o organismo inteiro se acha enfraquecido, porquanto faltam nele cálcio e phosphoro [...]” (A UNIÃO, 11 abr. 1923). Esses eram os discursos próprios da década de 1920 que, conforme os escritos de Oliveira (2012, p. 2946), pode ser

---

<sup>3</sup> Ao fazer um curso de aperfeiçoamento na América do Norte, o dentista Elvídio Ramalho adquiriu uma moderna aparelhagem para seu consultório odontológico: “[...] aparelho de raio x, um equipamento de Ritter contendo um Thermo Cauterio, electro, uma seringa de ar quente, um branqueador de dentes, um estomatizador electrico, um aparelho de raios ultra-violetas, um Burn Casting Machine e ainda um compensor e um torno de officina, ambos electricos [...]” (A UNIÃO, 15 fev. 1928, p. 3).

considerada um período de reelaborações da saúde bucal e das campanhas de profilaxia facial. O rosto ganhava visibilidade.

Na quarta década do Século XX, foi que os gabinetes dentários ganharam espaços dentro das escolas públicas, como parte integrante do processo de medicalização da escola. O cuidado com a boca era assunto que deveria ser tratado na escola, em sala de aula. Para tanto, as professoras recorriam à *fada* da saúde, visando orientar adequadamente seus alunos. Dentre os mais importantes asseios do corpo, destacava-se o cuidado com a boca. O sétimo mandamento de *A fada Higia* decretava: “escove os dentes depois das refeições e ao deitar-se ou, então, pela manhã e à noite” (KEHL, 1925, p. 82). E continuava:

[...] Antes de deitar-se para dormir, é indispensável escovar os dentes. Os resíduos alimentares, a gordura, retidos entre eles, se não forem removidos, fermentam e apodrecem, ao fim de algumas horas, prejudicando os dentes, alterando o hálito e concorrendo para certos males de peores consequências [...]. (KEHL, 1925, p. 83)

“[...] Só sofre de dores de dente quem não escova os dentes [...]” (KEHL, 1925, p. 84). Indicava a repetição dessa assertiva o sanitarista carioca. Era bastante comum encontrar publicações sobre os devidos cuidados com os dentes. Um exemplo disso é o *Código do bom-tom*. Com escritos pedagógicos, Roquette (1997, p. 363) escreveu a Teófilo, seu filho:

[...] Tem muito cuidado em teus dentes; limpa-os todos os dias, porém que não faças demasiado uso de escovas duras, mormente na parte que roça as gengivas, porque as escarna, que não os lave com água fria quando tens a boca quente e pela mesma razão não a bebas (o que entre nós se costumava muito) depois de comer a sopa escaldando, porque os constipa e nos traz dores insuportáveis; e enfim não uses de águas aromáticas ou pós dentifícios e odontálgicos que não sejam conhecidos e aprovados por dentistas [...].

A limpeza dos dentes era uma metáfora da boa saúde. A tarefa de higienizar a boca requeria cuidados, razão por que eram necessários gabinetes dentários nas escolas, dotados de um profissional e de material adequado para manter o sorriso “colgate”<sup>4</sup>. Os Grupos Escolares Epitácio Pessoa e Antônio Pessoa foram os primeiros, segundo José Baptista de Melo (1996, p. 104), a construir gabinetes dentários mantidos pelas Caixas Escolares. A referida ação, para Oliveira (2012, p. 2507), fazia parte da ampliação do

<sup>4</sup> A Colgate e a Kolynos eram as principais marcas de creme dental que anunciavam nos periódicos em circulação da época.

## Dossiê: imprensa, história e educação

projeto cultural e da ação educativa da escola primária. Assim, aproximando-a do meio social e alargando o seu campo de poder e de intervenção na sociedade, os governos ampliavam, pouco a pouco, tanto as instituições auxiliares quanto as campanhas de profilaxia e de cuidados com o corpo.

**Fotografia:** Gabinete dentário da Escola Normal



Fonte: Revista do Ensino - nº 01

Os gabinetes dentários e a presença do dentista passaram, pouco a pouco, a se fazer presente no cotidiano escolar. É importante ressaltar que a *Inspetoria Sanitária Escolar* só contratou um funcionário dentista no terceiro ano de atuação. Coube ao médico, o Dr. Severino Patrício, a tarefa de visualizar o governo das cáries. No ano de 1931, a inspeção visitou as bocas dos alunos através da clínica dentária móvel. Tratava-se de instrumentos utilizados pelos dentistas no combate às cáries que poderiam ser levados pelo médico para as escolas. Observe-se o quadro abaixo:

**Quadro VI:** Atuação do gabinete dentário da inspeção sanitária escolar em 1932

Alumnos examinados de 15 a 18	190
Alumnos fichados	190
Diagnósticos	126
<b>Extrações:</b>	
Dentes permanentes	238
Dentes de leite	71
Curativos	100
<b>Obturações:</b>	
Amálgama de prata	2
Amálgama de bronze	1
G. percha	8
Kriptex	15
Obturação de canal	3
Pulpelomia	7
Extrações (número total)	309
Obturações (número total)	29

Fonte: Revista do Ensino - nºs. 4 e 5

## Dossiê: imprensa, história e educação

No ano de 1932, a reivindicação de dentistas para o atendimento da inspeção era recorrente nas páginas da *Revista do Ensino*. As despesas para a contratação de cirurgião-dentista teriam a oneração de 600\$000 mensais, com salário, e 2:600\$000, com material dentário. Como proposta, o Dr. Severino Patrício ainda sugeriu ao governo do Estado que o *Gabinete Dentário de Assistência à Infância* fosse anexado ao *Gabinete da Clínica Escolar*. Nesse caso, haveria um pequeno aumento no salário do profissional. Sugeriu, ainda, que fosse adotado o modelo da cidade do Rio de Janeiro, no qual se cobrava uma pequena taxa aos alunos para não torná-lo totalmente gratuito e poder pagar as despesas desse funcionário. Apesar da reivindicação, as escolas públicas da Paraíba ficaram sem atendimento odontológico na segunda metade de 1932 pelos seguintes motivos: o governo não contratou um dentista, não uniu os gabinetes dentários nem adotou o modelo carioca; com o aumento do número de atendimentos médicos para os alunos, os dois únicos funcionários não tiveram como realizar a visita o atendimento de extração e obturação.

Só no ano seguinte foi que encontramos a assinatura de um profissional odontólogo: A. C. Miranda Henriques. Foi com sua rubrica que a *Revista do Ensino* publicou os dados referentes ao atendimento dentário do ano de 1933:

**Quadro VII:** Atuação do gabinete dentário da inspeção sanitária escolar em 1933

Número de consultas	1.164
Extrações de dentes permanentes	247
Extrações de dentes de leite	152
Obturações diversas	461
Obturações de canal	50
Limpeza da boca	8
Intervenções com anestesia	311
Número de matrículas	402
Alunos excluídos (932 – 31,933 – 102)	133
Trabalhos concluídos (932 – 46,933 – 76)	122
Em tratamento	143

**Fonte:** Revista do Ensino, n.ºs. 6 e 7

O número de atendimentos foi bastante significativo, assim como as intervenções realizadas na boca. Impressiona o número de dentes permanentes que eram extraídos dos alunos. Por mais saudável que fosse retirar o dente apodrecido, os alunos ficavam desdentados, donos de sorrisos deficientes, murchos, uma deformação da estética da face, responsável por deixar as crianças feias e com dificuldade de mastigar.

Foi visando evitar esse tipo de situação que o *Departamento de Educação* lançou, em 1937, os *Boletins da Educação* com artigos que versavam sobre a higiene da boca. Uma revista que teve uma vida efêmera, mas que fez circular saberes pedagógicos sobre os cuidados com a boca e os dentes. F. Paula e Silva (1937, p. 67) defendeu que os principais motivos para abrigar a cárie nos dentes eram a falta de higiene e a pouca nutrição, ou seja, a falta de vitaminas. Para o dentista, a única forma de evitar que a cárie fizesse a festa nos dentes seria submeter as crianças a

[...] um regime alimentar completo em elementos essenciais, como leite, manteiga, queijo, ovos, verduras, fructas, especialmente laranja e banana; vitaminas isoladas, aplicadas por meio bucal ou hypodermico, banhos de sol – jamais soffrerão dôres de dente, inflamações na mucosa bucal, alterações do esqueleto, dos músculos, atrofia e irregularidade dos arcados dentários [...]. (BOLETIM DA EDUCAÇÃO, 1937, p. 68)

Já o Professor Luiz Gonzaga Burity (1937, p. 23) propagou que a cárie dentária era a mais propagada moléstia conhecida, portanto, pais e professores deveriam, nas aulas de higiene, ensinar a como combatê-la ou, pelo menos, amenizar seus efeitos. Para isso, era preciso “[...] empregar todas as medidas higienicas e prophylaticas que estivessem ao nosso alcance [...]” (Idem). Para esse professor, existia uma estreita relação entre as moléstias dentárias e a idade escolar, não só do ponto de vista higiênico, como também educacional. Chegou, até, a cogitar que a causa da cárie entre as crianças devia-se ao “[...] retardamento mental dos desarranjos nervosos, dos defeitos da vista e da audição como também da desnutrição do organismo [...]” (BURITY, 1937, p. 29). Exagerados, os discursos do Professor Luiz Gonzaga Burity pareciam estar em desacordo com a realidade da época:

[...] São, portanto, de grande alcance os serviços de assistência a infância, de modo a melhorar-lhes as condições higienicas da bôcca e dos dentes. Felizmente **a creança de João Pessoa está bem servida nesse particular**. Haja vista a criação recente da assistência dentária escolar, graças a visão patriótica do Governador do Estado que não tem se afastado dessa directriz: a grandeza de nossa terra e a felicidade do nosso povo [...] (BOLETIM DA EDUCAÇÃO, 1937, p. 29, grifo nosso).

De fato, era preciso melhorar as condições de higiene da boca e dos dentes, mas afirmar que a criança da capital estava bem amparada por dentistas só seria considerado verdadeiro se a legislação vigorasse como deveria: contratando funcionários dentistas

para atenderem à demanda de alunos regularmente matriculados nas escolas públicas do Estado. Na edição seguinte do *Boletim da Educação*, Manuel Coutinho reiterou que o governo Argemiro de Figueiredo contratou alguns clínicos para executarem o serviço odontológico das crianças, porém muito ainda estava por fazer. Afirmou também que só quando fosse possível uma “[...] organização legal e definitiva é que poderá colocar a Parahyba em um plano elevado, demonstrando que o governo cuida bem da saúde pública, porque quer parahybanos sadios com maiores disposições para lutar pelos altos destinos de nosso Estado [...]” (BOLETIM DA EDUCAÇÃO, 1937, p. 70). Enquanto isso não acontecia, cabia às professoras ensinarem às crianças as formas de manter a boca em bom estado higiênico. Para isso, era preciso evitar o uso de alimentos “[...] excessivamente frios ou quentes [...]”, reduzir o “[...] uso de assucar, doces e bombons [...]”, não usar os “[...] dentes para abrir latas e garrafas, não usar ácido muriático para tirar mancha dos dentes [...]” e fazer a “[...] remoção de detritos alimentares entre os dentes, principalmente depois de cada refeição [...]” (BOLETIM DA EDUCAÇÃO, 1937, p. 28).

Quando o rádio chegou à Paraíba, também passou a ser um espaço de divulgação do saber médico-pedagógico a serviço da edificação da educação da saúde. O Dr. Ednaldo Pedrosa publicou, na primeira edição de o *Boletim da Educação*, que havia iniciado em 1937 palestras na P.R.I.\_4 sobre “[...] um thema palpittante, de importância vital para o bom estado da saúde [...]”. Segundo afirmou o médico, os ouvintes teriam em casa uma boa educação bucal através da transmissão desses discursos. Eram falas realizadas “[...] semanalmente e que versam sobre assumptos práticos da assitencia e educação dentária da creança, conselhos aos paes e as todas as pessoas que viviam em contato diário com os pequenos e que eram responsáveis pela educação deles [...]” (BOLETIM DA EDUCAÇÃO, 1937, p. 45). Era mais um espaço apropriado pelos médicos e pelos professores para propagar os princípios da higiene. A varinha de Higia estendia seu espaço de alcance.

Os dois manuais pedagógicos oficiais do Estado – *Revista do Ensino* e *Boletins da Educação* – traziam discursos em defesa do sorriso e da boca dona de hálito saudável. A seção ‘Inspeção sanitária escolar’ contemplou a boca como uma das partes do corpo que mais precisavam de cuidados de higiene do corpo, a ponto de tornar-se uma recorrência nos *Boletins de Educação*, a que chamo de um minidossiê sobre a



## Dossiê: imprensa, história e educação

saúde bucal<sup>5</sup>. Cuidar da higiene bucal estava presente nos discursos médicos, pedagógicos e odontológicos. Era a ordem do dia.

### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que educação e saúde deram as mãos não há mais dúvidas, especialmente no que diz respeito à divisão dos espaços nas páginas da imprensa a serviço dos professores. Médicos e docentes faziam circular o saber considerado moderno e em voga para assegurar a saúde do corpo do paraibano. Foi durante as primeiras décadas do Século XX que a imprensa da Paraíba passou a defender os interesses da higiene. Tornou-se uma constante. Estetoscópios, medicamentos, enfermidades, disciplina, corpos e educação são exemplos de palavras que ocuparam as principais metáforas presentes no discurso da época e que foram costuradas, entrelaçadas na hábil pena dos profissionais da saúde e da educação.

A Paraíba não esteve desamparada quando o assunto eram os manuais pedagógicos responsáveis por fazer circularem os saberes médico-educativos. Além dos jornais, que fizeram essa tarefa desde o Século XIX, as revistas financiadas pelo *Departamento de Educação* desempenharam esse papel de forma a garantir o espaço em defesa da educação sanitária. A *Revista do Ensino* e o *Boletim da Educação* são exemplos práticos de uma imprensa que contribuiu decisivamente para propagar discursos em defesa da medicalização da escola. Na Era Vargas, vozes de médicos, dentistas, professores e engenheiros gritavam, nos periódicos, brados retumbantes que ecoavam no meio escolar. São marcas de uma cultura que viu na educação a possibilidade de reformar a saúde e vislumbrou o desejo de assegurar aos cidadãos paraibanos um corpo saudável, forte, disciplinado, belo e perfeito. Não sei se o modelo de corpo/cidadão perfeito foi alcançado, mas sei que discursos em defesa desse sujeito existem aos montes.

---

<sup>5</sup> Chamo de minidossiê devido à considerável publicação de artigos sobre os cuidados com a boca. O *Boletim da Educação* de 1937 reuniu, em sequência, os seguintes artigos: 1) A cárie dentária, do Prof. Luiz Gonzaga Burity; 2) Prophylaxia dentária – O Serviço Odontológico, do Dr. Ednaldo Pedrosa; 3) As mães – o cuidado com a boca, do Dr. Muniz Aragão; 4) Prophylaxia dentária, do Dr. Ednaldo Pedrosa; 4) O primeiro molar, também do Dr. Ednaldo Pedrosa; e 5) Cárie dentária – as origens, do Dr. Manuel Coutinho.

## ABSTRACT

This article aims to analyse medical teaching writings in circulation in the early twentieth century in Paraíba, in the manual of Paraíba education entitled Journal of Education (1932-1942). This periodical presented the discourse to which the citizen aspired during the Vargas Era: healthy, strong for work and passionate for their country. The journal circulated as a disseminator of knowledge for teachers and, therefore, it was intended to implement a training considered ongoing. In its pages, it was possible to find a considerable number of articles on the subjects of health and physical education, on teachers' meetings, discussions of current legislation and the work done by schools of Paraíba. Among many possibilities, I selected for this text discourse on the hygiene of the body and mouth, defenders of a white healthy smile, that made doctors visit public schools more frequently as well as building dental surgeries capable of declaring war on caries through education. Consolidated in the field of Cultural History, I analysed bodies and smiles stamped by doctors and teachers who produced discourse capable of contributing to studies in the History of Education.

**Keywords:** Journal of Education. Smile. Body.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Maria Helena C.; LEMOS, Elizandra Ambrósio. Uma iconografia da cultura escolar: as capas da Revista do Ensino (1951-1978). In: SCHELBAUER, Anaete Regina; ARAUJO, José Carlos de Souza. (Orgs.). **História da educação pela imprensa**. Campinas: Alínea, 2007, p. 177-217.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre imprensa pedagógica na história da educação. In: MALGADI, Ana Maria; XAVIER, Libânia Nacif. (Orgs.). **Impressos e história da educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 15-29.

KEHL, Renato. **A fada Hígia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1925.

MELO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. João Pessoa: [s.n.], 1996.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti. Práticas educativas e sensibilidades médico-pedagógicas: a educação da saúde bucal e das expressões faciais (Parahyba, 1919-1945). In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL", 9, 2012, João Pessoa. p. 2494-2511.

ROQUETTE, J. I. **Código do bom-tom**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

## Fonte

*A União*. Edições de 1920 a 1945.

*Boletim da Educação*. Edições de 1937.

*Revista do Ensino*. Edições de 1932 a 1942.